

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- REINHARD, Marcel - O Ensino da História e seus Problemas.
- RODRIGUES, Honório José - Teoria da História do Brasil.
- BLOCH, Marc - Introdução ao Estudo da História.
- MARROU, I. H. - Do Conhecimento Histórico.

A REVOLUÇÃO DE 1383

Dora Britto de Gonçalves
Universidade Federal do Pará

1. AS LUTAS DE CLASSES E A ASCENSÃO DA BURGUESIA.

Várias foram as causas que conduziram a sociedade portuguesa a uma crise revolucionária no final do século XIV. Sem dúvida, as lutas de classes e a ascensão da burguesia tiveram papel importante neste contexto histórico.

Para Marx e Engels, a história de cada sociedade nos mostra, até os nossos dias, a história das lutas de classes. Estas lutas são sempre ocasionadas pelas condições econômicas da época. Em Portugal, durante os séculos XIII e XIV, se operaram transformações fundamentais, que vieram abalar a estrutura do regime feudal, ocasionando o desenvolvimento da produção mercantil. Tais transformações ocasionaram o estabelecimento de novas relações de produção e a agravamento das lutas de classes.

Estas lutas tiveram início com os abusos

praticados pelos senhores feudais contra a classe camponesa, que iam desde a retirada do excedente do trabalhador até a tomada de sua colheita, suficiente, apenas, para manter sua força de trabalho e o sustento da família. Tais obstáculos, impediam que os mesmos mantivessem uma economia independente e o direito à propriedade hereditária.

A favor desses camponeses se manifestaram os Conselhos. Os mesmos lutaram para que o trabalho obrigatório nas terras dos senhores feudais fossem somente atribuição dos camponeses pobres e que a produção agrícola fosse baseada no trabalho assalariado. Além dos Conselhos, muitas leis, circulares e decisões das cortes se manifestaram a favor do trabalho assalariado.

Este novo tipo de exploração diretamente mercantil serviu de base para o desenvolvimento do comércio, concorrendo de maneira decisiva, para um novo processo de produção agrícola, em particular, a produção comercial, mas contribuiu, também para a ruína da produção natural.

Estas transformações vieram determinar o aparecimento de novas classes e de novos conflitos, surgindo no meio rural, uma nova classe, a dos chamados burgueses rurais e, no meio urbano,

o da burguesia comercial, ambas representando papel importante, na economia do País.

À medida que estas classes foram se afirmando, novos conflitos foram surgindo. Para Álvaro Cunha, três (3) foram os conflitos fundamentais (1): 1º) a luta mantida entre os Conselhos e as classes privilegiadas, devido à tributação de impostos, violências e arbitrariedades dos senhores.

2º) Choque entre vilões mais ricos e os grandes senhores, contra os pequenos cultivadores e os camponeses sem terra, agravando-se em grandes proporções, após a circular de Afonso IV (03/06 1349) que determinava às classes menos privilegiadas o trabalho obrigatório, estabelecimento de tarifas, além de perseguições a mendigos e vagabundos.

3º) Choque de comerciantes e artesãos contra as classes privilegiadas (clero e nobreza), devido a certas incoerências, pilhagens, taxação de impostos, direito a certos monopólios, etc.

Notamos que, por detrás destes conflitos, se ocultavam os interesses dos senhores feudais de um lado e da burguesia e seus aliados de outro, obrigando o poder central a adotar determinadas resoluções, inclusive prejudiciais à po

lítica do reino.

Estas lutas vão tomar maiores proporções, no reinado de D. Fernando, em decorrência de uma série de eventos que terão como resultado a eclosão de um movimento de profundas repercussões na estrutura portuguesa.

2. POLÍTICA INTERNA E EXTERNA DE D. FERNANDO

É neste mar de conflitos e de insatisfações reinantes que vamos encontrar a coroa portuguesa, representada pela dinastia de Borgonha, na figura de D. Fernando.

Pelo que podemos concluir de opiniões de historiadores a respeito deste soberano, estas são as mais contraditórias, ora deparamos com um rei negligente, ambicioso, cheio de fraqueza, prazeres e amores, quando não, um soberano sábio, afável, carinhoso e amigo do povo. Estas interpretações antagônicas de sua personalidade são, até nossos dias, muito discutidas pelos estudiosos.

A que mais nos parece verdadeira, dado ao estudo recente do assunto, são as apresentadas por Álvaro Cunhal, ou seja: "Lo que se detalla detrás de estas contradicciones, son las contra-

dicciones de los intereses de las classes sociales, los intereses antagónicos de los señores feudales, de una parte, y de los de la burguesia y sus aliados de la outra. En otros casos, fueron los intereses de la burguesia urbana e rural los que obrigarón a aquél a tomar soluciones diametralmente opuestas"⁽²⁾.

Estas afirmações nos levam a crer que as contradições de sua política eram uma tentativa de equilibrar as lutas de classes, tão latentes em seu reinado. Apesar da boa vontade de soberano, os conflitos se agravaram, em decorrência, entre outras, da lei das Sesmarias, instituída durante o seu governo. A mesma, além de impor o recrutamento de assalariados, a favor da classe burguesa, tanto rural como urbana, contribuiu, também, para agravar a luta entre a burguesia e a classe feudal, uma vez que este último sentia declinar o seu prestígio junto ao rei, a favor de uma classe em ascensão.

Na política externa, temos a destacar uma série de guerras com o vizinho reino de Castela, resultando entre outras consequências: a afirmação de modo determinante da independência da nação e o casamento de sua filha Beatriz com um monarca castellano (D. João I). Com o rei

não deixou nenhum descendente varão, a infanta foi sua sucessora. Damião Peres considera este acontecimento como "criador das condições adequadas à evolução e definitivo estabelecimento dos novos rumos da vida da nação" (13).

Casando D. Beatriz com o rei de Castela, D. Fernando iria defrontar-se com um problema crucial que abalaria, decerto, o trono português. Nos referimos à independência da Nação. Procurando medidas que solucionassem tal impasse, achou conveniente inserir no contrato de casamento da filha uma cláusula, segundo a qual, por sua morte, a regência do reino deveria ser assumida pela rainha viúva, D. Leonor Teles, a quem tivesse completado 14 anos um filho ou filha de D. Beatriz que, mais tarde, subindo ao trono português, continuaria a vida independente da nação. Entretanto, as previsões falharam, por uma série de circunstâncias: uma delas foi a regência da rainha viúva, em decorrência de alguns pontos que consideramos básicos, tais como:

1) a rainha regente era fortemente odiada pelo povo, devido, entre outras causas, sua aliança com a facção da nobreza ociosa e suas relações extra-matrimoniais com o Conde de An-

deiro.

- 2) A pressão do rei de Castela de se apossar do trono português, uma vez que casara com a mira na Coroa. Aproveitando a morte de D. Fernando, reuniu forças para invadir Portugal.
- 3) O ingresso de alguns elementos da classe nobre na política do país, com o consentimento pleno da regente.

Concluindo, podemos afirmar que: a influência cada vez mais crescente do Conde de Andeiro no governo de Leonor Teles, o ingresso de elementos da nobreza terratenente na política do reino e a clara insistência do monarca castelhano de apoderar-se do trono português foram circunstâncias que contribuíram de maneira decisiva, para um movimento revolucionário, movimento este que deu o brado de liberdade pela Nação.

3. A ECLOSÃO DA CRISE

Esta política contraditória e comprometedora iniciada por D. Fernando e continuada por D. Leonor fez surgir um plano revolucionário arquitetado por elementos da classe média, peque-

na nobreza e povo. Esta política anti-senhorial veio de encontro aos anseios da classe aristocrata e da rainha viúva de entregarem o país ao monarca castelhano.

Entre os dirigentes que vão dar novas perspectivas à história da Nação, destacamos:

1º) Álvaro Pais, que idealizou e planejou o levante: a ele coube a direção do movimento. Era burguês, ocupou durante o reinado de D. Fernando cargos públicos de grande confiança e foi graças a sua origem plebéia, que adquiriu, junto à massa popular, grande tígio. Era padrastrado do legista João das Regras, um dos partidários mais úteis da causa revolucionária, na opinião do historiador Antônio Sérgio.

2º) Nuno Álvares Pereira - descendente da pequena nobreza, era jovem de grandes aspirações políticas, amigo do povo, grande idealista, tornou-se mais tarde comandante do exército na luta contra o inimigo.

3º) D. João, mestre de Avis, filho bastardo do rei D. Pedro, o mesmo foi levado por ato político a sucessor da Coroa, perante o povo.

O plano inicial da revolta era eliminar o Conde Anceiro (João Fernandes), obra que seria realizada pelo mestre de Avis, seguida de uma manobra política, com a finalidade de contar com a manifestação popular. Logo após, haveria a substituição de D. Leonor Teles pelo mestre de Avis.

O ato foi posto a termo com êxito, faltando, daí, por diante, legalizar o movimento para atingir o caminho da emancipação política.

Tendo conhecimento destas ocorrências em Portugal, o rei de Castela resolveu intervir militarmente, alegando fazê-lo na defesa de D. Beatriz. Pensando desta maneira, invade Portugal, chega a Santarém a 12/01/1384 e obriga Leonor Teles a pedir desistência de seus direitos; a seguir, parte para Lisboa com a finalidade de derrotar o mestre de Avis e seus partidários.

O mestre de Avis, por sua vez, nomeado "Defensor e Regedor do Reino", passou a tomar uma série de decisões, com a finalidade de fortalecer mais a sua posição dentro do reino que então se desenrolava; uma delas, foi a nomeação de vários elementos de sua confiança para cargos administrativos. Entre eles, ressal-

tamos: João de Azambuja, Nuno Álvaro, Lourenço Esteves, Martin de Maia e João Gil; chanceler, João das Regras; Corregedor da Cidade Lopes Martins e, Micer Percival para tesoureiro.

Além dessas nomeações e de outras medidas realizadas, D. João não esqueceu o povo, e assim, criou em benefício deste, a "Casa dos Vinte e Quatro", cuja finalidade, era fazer com que as classes populares participassem através de seus representantes, no destino do País. Era uma medida de caráter democrático, feita a favor do povo.

Enquanto D. João tomava essas decisões, o rei de Castela, aproximando-se de Lisboa, procurou fazer o cerco da cidade e a população, num ato heróico, preparou-lhe a defesa, contando com a ajuda de Nuno Álvares e do Mestre de Avis. Tratou-se, então, a 6 de abril de 1388, uma das batalhas decisivas para os portugueses, a de Atoleiros (entre Extremos e Fronteiras), tendo como resultado a derrota do exército invasor.

Sobre a batalha, o historiador Nuno Peres assim se manifesta: "A inteligência empregada por Nuno Álvares na luta contra o invasor valeu muito mais do que toda a força do

exército inimigo". Mais adiante, ele justifica a frase: "As forças castelhanas eram muito superiores em número aos portugueses, porém a tática empregada por Nuno Álvares fez com que a massa ofensiva, que antes parecia infalível, parecesse agora um amontoado confuso de homens e de animais, sobre o qual choviam sem cessar virações e dardes, lançados pelos homens de pé que Nuno Álvares colocara na retaguarda e nas alas de sua pequena formação" (4).

Oliveira Marques também dá o seu parecer sobre a mesma: "Evidentemente, só a força da arte podia vencer a desproporção dos números" (5).

Cabe aqui abrir um parêntese para ressaltar que, quando os idealistas portugueses deram início ao plano pela Libertação da Nação, ainda não pensavam em contratar tropas estrangeiras; as mesmas só entraram em ação, durante o desenrolar do conflito. Nesta fase, entra também em evidência a arma poderosa da burguesia, tanto na contratação mercenária, como na compra de víveres, armações, etc.

Após a vitória de Atoleiros, seguiram-se outros combates, pois o rei de Castela prosseguia na luta com a firme decisão de cingir a

Coroa portuguesa. E assim, depois de longo avanço conseguiu completar o cerco de Lisboa, tanto por mar como por terra, mas a mesma encontrava-se fortemente defendida, pois, além de contar com a resistência heróica de seus defensores, contava, também, com a proteção de tropa estrangeira.

A luta prosseguiu sem vencedores nem vencidos até que entrou em ação a favor dos portugueses uma arma invisível (A PESTE), que obrigou o rei castelhano a negociar uma trégua. Não conseguindo, levantou o cerco a 03 de setembro de 1384.

Durante este período, houve algumas investidas por parte dos portugueses como a retomada de Alencar e a posse de Portugal. Daí partiram para Lisboa, a fim de dar início a reunião das cortes, para escolha do candidato ao trono vago. Nessa assembleia, vamos encontrar grupos opostos: uns favoráveis ao filho mais velho de D. Pedro I e D. Inês de Castro; outros, ao Mestre de Avis.

Nesse momento de grande decisão na escolha dos candidatos, vale a manobra hábil e estratégica do legista João das Regras, representante da classe dos juristas, que, sendo favorável

vel ao mestre de Avis, procurou prudentemente, através de sua fascinante oratória, eliminar os demais candidatos e convencer o plenário na escolha do seu preferido.

Sobre este acontecimento, Damião Peres relata: "*João das Regras principiou por demonstrar a capacidade da Assemblêia para a escolha do rei, passou, seguidamente, a enumerar os herdeiros da Coroa, entrando depois na crítica dos direitos de cada um, deixando por último, puro e sem mácula, o mestre de Avis*"⁽⁶⁾.

E foi, pode-se dizer, graças à capacidade do legista, que as cortes aclamaram D. João, O Mestre de Avis, rei de Portugal em 06 de abril de 1385. Faltava, apenas, obter o reconhecimento do exterior, o que conseguiu, após mudar o papa de Avinhão pelo papa de Roma que, inclusive, reconheceu o seu casamento com Filipa de Lancastoe.

A seguir, uma série de medidas vão ser por ele adotadas como: o reconhecimento de seu poder como rei, em todas as províncias de Portugal, impondo-se pela força às que se mostram sem contrárias à idéia.

Nova invasão pelo rei de Castela tem início. Desta vez, ataca Portugal pela Beira e

os portugueses prepararam a resistência, colocando-se em pontos estratégicos feitos pela não da própria natureza. Tratava-se, então, a batalha decisiva da guerra, a de Aljubarrota, com a vitória dos portugueses. Procede-se, a seguir, à retirada do rei de Castela, após reconhecer o valor das tropas portuguesas. Esta vitória assegurou definitivamente a coroa para D. João, além de integrar ao território português várias terras como: Alenquer, Óbidos, Leiria, etc.

O Historiador Antônio Sérgio, referindo-se à batalha, diz: "*que em Aljubarrota, mais que o embate das duas Nações, há o choque de duas políticas de duas classes. Aljubarrota, pois, consagra a independência de Portugal, a nova orientação da sociedade e a queda de grande parte de nossa antiga aristocracia*"⁽⁷⁾.

Quanto ao significado da revolução, concluímos com a opinião abalísada de Oliveira Marques: "*Tanto a rebelião como a guerra contra Castela enfileiraram entre os acontecimentos decisivos de toda a História Portuguesa. Foram um dos grandes testes de sua independência e trouxeram consigo, uma mudança digna de nota na estrutura social do País*"⁽⁸⁾.

4. CONSEQUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO DE AVIS

A revolução trouxe seus frutos benéficos para Portugal. Após a mesma, vamos observar uma série de transformações que se operam no País, tanto do ponto de vista econômico como do social e político.

No plano político, vamos deparar uma nova dinastia, forte, vigorosa, sobrepondo-se aos poderes civis e eclesiásticos. O alicerce dessa fortificação deve-se, em grande parte, à orientação dos cultores do direito romano, os legisladores, que atuavam não somente junto ao monarca, como, também, nos principais órgãos administrativos.

Ainda neste plano, cabe ressaltar a queda do prestígio político da nobreza, até mesmo nos domínios de sua administração local, esmagando, assim, o germe feudal.

Como consequência econômica e social, vamos constatar a ascensão da burguesia, em consequência dos confiscos de bens pertencentes a fidalgos.

Fernão Lopes relata nas Crônicas que muitos eram os livros oficiais de D. João I, graças às doações recebidas e que as mesmas, eram

resultantes de bens pertencentes à nobreza que aderira à causa castelhana.

Observamos ainda, no plano social, a elevação de burgueses à aristocracia, em consequência de doações maciças e de altos cargos administrativos que ocuparam na política do País.

Oliveira Martins afirma que estes privilégios concedidos a gente de baixa posição (burgueses, pequena nobreza e artesãos), deve-se à "admirável lição de coragem, de visão política, de espírito de sacrifício e de patriotismo demonstrado pelo povo português, quando, contra ele, se erguiam forças tão poderosas"⁽⁹⁾.

Apesar de todas as vantagens concedidas pelo novo soberano à classe então em evidência, é digno que se ressalte que o rei ergueu o seu domínio, acima deste círculo.

Faoro, ao se referir a este acontecimento, nos dá uma visão bem clara sobre o porquê da questão: "A burguesia conquistou seu lugar, mas sobre ela, havia uma cabeça, *dnna* de maior riqueza, cabeça com idéias, projetos e planos, saindo das mãos dos juristas armados de raciocínio, cheio de enredo e de armadilhas"⁽¹⁰⁾.

Após o povo português assegurar a sua independência defendida em luta por mais de duas

décadas, passa a dedicar-se a uma nova atividade, a marítima, tendo na direção da empresa, o soberano da nação.

- NOTAS DE RODAPÉ

1. Cunhal, Álvaro - La ducha de clases en Portugal a finales de la Edad Média.
2. Cunhal, Álvaro - La ducha de clases en Portugal a finales de la Edad Média. Pág. 181-182.
3. Peres, Damião - História de Portugal (Palastra na Emissora Nacional). Pág. 207.
4. Peres, Damião - História de Portugal (Palastra na Emissora Nacional). Vol. 1 Pág. 370.
5. Marques, Oliveira - História de Portugal.
6. Peres, Damião - História de Portugal (Palastra na Emissora Nacional). Vol. 1. Pág. 373.
7. Sêrgio, Antonio - Breve Interpretação da História de Portugal.
8. Marques, Oliveira - História de Portugal.
9. Martins, Oliveira - História de Portugal - Pág. 20.
10. Faoro, Raymundo - Os Donos do Poder - I Vol. Editora Globo - Porto Alegre, 1976. Pág. 45.

B I B L I O G R A F I A

1. CUNHAL, Álvaro - O Modo de Produção Feudal. Akal Editor, Madrid, 1976.
2. FAORO, Raymundo - Os Donos do Poder, vol. I, Editora Globo - Porto Alegre, 1976.
3. MARTINS, Oliveira - História de Portugal, Guimarães Editores, Lisboa.
4. MARQUES, Oliveira - História de Portugal, Vol. I, Palas Editores, Lisboa.
5. PERES, Damião - História de Portugal, Palestra na Emissora Nacional, Vol. I, Portugalense Editora, Porto, 1960.
6. RAMOS, Manuel - RIBEIRO, Ângelo - PERES, Damião - História de Portugal - (parte política), Vol. II, direção de Damião Peres e Eleutério Cerdeira, Edição Monumental da Portucalense, Editora Porto.
7. SÉRGIO, Antônio - Breve Interpretação da História de Portugal - Obras Completas - Livraria Sã da Costa Editora - Lisboa.